



## **O cidadão no discurso do Extra Posicionando o leitor como sujeito numa análise do jornalismo popular<sup>1</sup>**

Carine Felkl Prevedello<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Maria

### **Resumo**

O segmento popular da mídia impressa é o que mais cresce no Brasil, anunciando um momento de supremacia do interesse do público ao interesse público. A construção da cidadania está atrelada à prática jornalística desde o seu surgimento, sendo mediada pelo debate social promovido pela mídia. Neste novo jornalismo popular, que é diferente do antigo sensacionalismo, como está posicionado o leitor na perspectiva da cidadania? Este artigo propõe essa reflexão direcionada ao jornal Extra, hoje o popular de maior circulação na mídia impressa brasileira, utilizando elementos da análise do discurso para buscar a definição do sujeito-leitor, relacionado a premissas da noção de cidadania.

### **Palavras-chave**

Cidadania; Jornalismo; Leitor.

### **Jornalismo e cidadania**

Ao delimitar os debates que ocupam as manchetes e selecionar os fatos de interesse público, ainda que permeado pelas influências permanentes das épocas históricas e das conformações sociais, o jornalismo configurou-se como um espaço de moldura e reconstrução das representações culturais e também como ponto de ressonância do perfil das sociedades em que estava inserido. Apesar das controvérsias sobre a origem dos primeiros jornais, os impressos têm os mais distantes registros na Europa, no início do século XVII, direcionados aos fatos internacionais e intercâmbios comerciais. Contudo, como explica SEABRA (2002), na forma como o conhecemos atualmente, o jornalismo consolidou-se no século XIX, especialmente na Inglaterra, França e Estados Unidos, para em seguida estabelecer-se nos mais diversos países como prática profissional que se confunde cada vez mais com a prática social da comunicação. Desde sua origem até a segmentação mais diversa encontrada hoje,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT Jornalismo, do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria na Linha Mídia e Identidades Contemporâneas, especialista em Direitos Humanos pelo Cesusc/Ifibe, jornalista formada pela UFSM. E-mail: cariine@yahoo.com



constituindo-se em múltiplos formatos adaptados a diferentes públicos, o debate político, o reflexo dos conflitos sociais e econômicos e o retrato de uma sociedade em disputa permanecem de alguma forma pautando o que é notícia. Ainda que a discussão sobre o monopólio na mídia seja corrente, especialmente no Brasil, isso não subverte a idéia de que o processo de circulação permanente das informações, possibilitado pela mídia, entre a esfera pública – constituída pelas organizações sociais e poderes constituídos – e a privada – onde estão os indivíduos -, constitui as bases para o desenvolvimento e a afirmação dos sistemas democráticos e, por consequência, do reconhecimento da cidadania enquanto pré-condição inerente aos indivíduos autônomos e como elemento a ser forjado sistematicamente através dos meios de comunicação.

Nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto. (GENTILLI, 2005, p.129).

A relação, portanto, do jornalismo com a cidadania, além de histórica, por estar relacionada aos jornais como um instrumento de debate político e das questões sociais e comunitárias, dá-se sobretudo pela relevância do lugar em que se inseriu o jornalismo nas civilizações ocidentais contemporâneas: um lugar de mediação, entendida aqui como intermediação entre os acontecimentos e suas interpretações, e entre os indivíduos e as instituições.

Compreendendo-se por cidadania o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, capazes de garantir ao indivíduo o exercício da liberdade, desde que com responsabilidades, deveres e respeito aos direitos alheios, podemos considerar como eixo central desse conceito a idéia de emancipação e de plena convivência entre as diversas individualidades. A origem da palavra cidadão está no vocábulo do latim *civitas*, que quer dizer cidade, com o respectivo referencial grego para a palavra *politikos*, que significa aquele que habita na cidade. No entanto, a discussão do conceito e, mais do que isso, do exercício e da conquista de cidadania, para além de um debate atual e controverso, pode ser considerado um tema flutuante entre a perspectiva histórica de construção e o cenário contemporâneo de afirmação da autodeterminação dos povos. A própria origem da noção de cidadão, que remonta à antiga democracia grega, encontrava-se limitada por uma série de convenções sociais que circunscreveram o status de cidadania a um grupo que não incluía mulheres, escravos e estrangeiros,



considerados a maioria da população de Atenas, a capital grega, naquela época, e que também irá repetir-se na estrutura adotada na Roma antiga. Circunstância histórica datada, mas definidora da moldura sócio-conjuntural intrinsecamente atrelada ao tema desde o seu surgimento, e que vai caracterizá-lo ao longo de todo o seu processo de desenvolvimento. A concepção de cidadão para os gregos da Antiguidade passa ao largo dos pilares que seriam futuramente estabelecidos pela Revolução Francesa, base para uma construção ainda mais sofisticada dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que nortearão o debate sobre os direitos civis, políticos e sociais nas sociedades ocidentais.

No Brasil, o contexto político ocasionou um ciclo de afirmação, superação e consolidação do jornalismo, que surgiu com maior força e autoridade exatamente após o sistema de exceção. A reabertura à democracia, com o fim da série de governos militares, foi acompanhada de uma sólida participação da imprensa no registro dos movimentos sociais e políticos que ocasionaram a retomada das eleições diretas no país. Com a Constituição de 1988, a instituição de uma série de novos direitos, ao mesmo tempo em que representou um avanço para o entendimento e afirmação da cidadania para os brasileiros, trouxe um dilema para as instituições, desde o Judiciário até o Executivo, que não estavam suficientemente estruturados para atender a esse novo contexto. A falta de um resultado para a equação que apresenta os novos direitos civis, políticos e sociais, reconhecidos pela nova Constituição, mas não garantidos pelo Estado e pela sociedade, é o terreno fértil para a estruturação da imprensa brasileira como um referencial para o excesso de demandas. Carentes de respostas por parte dos poderes constituídos e reféns da lentidão burocrática do Judiciário, as pessoas passam a enxergar nos meios de comunicação a possibilidade de pressão sobre as instituições e soluções para os casos não resolvidos pelas vias oficiais, referentes aos mais diversos tipos de preocupação, desde a assistência de saúde, educação, segurança, emprego, habitação ou direitos do consumidor. Unindo a característica de vigilância à identificação de um mercado promissor, onde dar voz ao leitor e criar um elo com a comunidade passam a ser uma estratégia para buscar a fidelidade e identificação do público, surge o que alguns autores nomearam como o Quarto Poder. Em função da participação ativa nas mudanças do contexto político, da conquista de autoridade em informar ou dar conhecimento, conferida publicamente, e por seu lugar social privilegiado, o jornalismo credencia-se como porta-voz da sociedade.



Uma das mais importantes peculiaridades do processo de democratização do Brasil, após o fim do regime militar, foi a ampliação do papel da mídia, que se tornou uma das mais importantes instituições co-participantes na construção da nossa cidadania. (ABREU, 2006, on-line)

## **Jornalismo Popular e o Extra**

Ao elaborar uma releitura, principalmente visual e gráfica, de elementos do sensacionalismo, que teve seu auge na mídia escrita brasileira com os jornais Última Hora (Rio de Janeiro) e Notícias Populares (São Paulo), mas apropriando-se também das técnicas que conferiram legitimidade e credibilidade ao jornalismo de referência, as indústrias da imprensa promovem, desde os anos 90 no Brasil, sucessivos lançamentos de jornais populares, destinados prioritariamente ao público das classes B, C e D. São exemplos o Extra (RJ), Agora São Paulo (SP), Folha de Pernambuco (PE), Primeira Hora (MS), Notícia Agora (ES), Expresso Popular (SP), Meia-Hora (RJ), A Hora de Santa Catarina (SC), Diário Gaúcho (RS). Agregando maior voltagem de cor na diagramação, textos sintéticos, várias seções de prestação de serviços e uma mescla entre temáticas de entretenimento, casos policiais e a redução, quando não exclusão, das tradicionais editoriais de Política e Economia, esses jornais buscam uma relação de cumplicidade com o leitor e visibilidade do mesmo, que é priorizado e exposto nas páginas, principalmente através da personificação das notícias em nome da carga de humanidade. Lançam à prática do jornalismo o desafio de conciliar interesse público com o interesse do público<sup>3</sup> a que se dirige. Está imbricado neste cenário o conflito diante da finalidade do jornalismo como instituição pública mediadora de um lado, e da perseguição e conquista de novos mercados consumidores de leitores por uma instituição que também é de economia privada, de outro.

Por terem de aproximar-se de uma camada de público com baixo poder aquisitivo e pouco hábito de leitura, os jornais, muitas vezes, transformam-se em mercadoria em todos os sentidos. Com frequência deixam o bom jornalismo de lado para simplesmente agradarem ao leitor, em vez de buscarem novos padrões de jornalismo que reforcem os compromissos sociais com a população de renda mais baixa. (AMARAL, 2006, p.30)

---

<sup>3</sup> Consideramos aqui o que conceitua Luiz Martins da Silva (2006) sobre a contraposição entre os conceitos de interesse público e interesse do público, onde observa que o primeiro está relacionado à divulgação dos fatos que representem valores-notícia associados à vida pública, considerada pelo autor como o tratamento do dinheiro público (política/ economia) e outras ações que estejam relacionadas ao interesse coletivo, pautados pelas noções de direito e necessidade da informação, portanto atrelados também à construção da cidadania, enquanto o segundo conceito (interesse do público) refere-se a fatores como a curiosidade e o *voyeurismo* exacerbados, em detrimento dos temas de interesse coletivo.

Entre as principais referências dessa expansão recente do jornalismo popular está o jornal Extra, editado desde 1998 pela Infoglobo no Rio de Janeiro e hoje o terceiro mais lido do país, que trouxe, além de uma nova proposta de interação com o leitor, algumas indagações que se prestam ao questionamento das premissas do jornalismo convencional. O Extra é um fenômeno no mercado do jornalismo popular: terceiro jornal mais lido do país, perdendo em circulação apenas para Folha de São Paulo e O Globo, tem uma tiragem média semanal de 270 mil exemplares. Nos finais de semana, chega a ser o jornal mais vendido do país, com uma circulação de mais de 400 mil exemplares<sup>4</sup>. Subdividido nas editorias de Geral, Internacional, Economia, Retrato da Vida, País, Viva Mais, Tudo de Graça, e com seções periódicas de esclarecimento de processos trabalhistas, direitos do consumidor e problemas de infra-estrutura urbana, o Extra prioriza a interatividade com o leitor, a persuasão pelos temas individualizados e pela diagramação que explora a cor e o apelo visual através de manchetes que mesclam o cotidiano comunitário, da televisão e os fatos policiais, com destaque para as ocorrências envolvendo o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. O jornal tem no preço também um de seus diferenciais, como é característico dos jornais populares: custa a metade do valor de venda em banca de O Globo, representante do segmento de referência da Infoglobo.

Ao priorizar o interesse do público acima do interesse público, ignorando, em função disso, editorias como as de Política e Economia, os jornais populares abstêm-se da tradicional função de forjar o debate acerca daquilo que seria publicamente relevante, para render-se indistintamente às preferências do público. Nesse caso, o papel social do jornalismo como instância formadora de cidadania, principalmente numa democracia em gestação, como é o caso do Brasil, encontra-se melindrado.

É nesse conflito que se situa a problemática da exploração da imagem e da palavra do leitor frente ao reconhecimento da cidadania: até que ponto os novos jornais populares entendem seu público como portador de cidadania, cumprindo, portanto, com o papel institucional da imprensa de estimular a prática e a afirmação da cidadania, ou, por outro lado, de que forma essa exposição não apenas utiliza

---

<sup>4</sup> Dados do Instituto de Verificação da Circulação (IVC) para 2006.



estrategicamente um público apresentado como desprovido de cidadania para, através de suas próprias mazelas, buscar a identificação necessária à venda de jornal?

### **Jornalismo como discurso e as posições de sujeito**

A relação entre o leitor e um texto acontece imersa em um ambiente onde várias são as premissas a serem consideradas. Abandonando a noção de passividade que já foi atribuída ao público pela teoria crítico-radical da Escola de Frankfurt<sup>5</sup>, há hoje um entendimento entre os modernos estudos sobre a prática da comunicação, tendo como uma das vertentes mais atuais a Escola dos Estudos Culturais<sup>6</sup>, da condição de um receptor não mais dominado pela influência da mídia, mas considerado segundo a complexa teia de fatores sócio-culturais que o modelam, determinando, além da possibilidade de seleção do consumo da mídia, também a alternativa de participação, tendo em vista a concessão cada vez maior de fala ao público nos jornais.

Para o entendimento da Escola Francesa de Análise do Discurso<sup>7</sup>, o discurso deve ser compreendido como um “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2002, p.42), materializado na língua como troca simbólica que regula a mediação entre o homem e a realidade natural. Está na ideologia, identificada através de estruturas denominadas formações ideológicas, a carga de sentidos atribuídos a essa troca. Através do discurso, constituem-se os sujeitos, segundo suas posições circunscritas historicamente e estabelecidas sócio-culturalmente. Esta atribuição de significação ao indivíduo, relacionada ao lugar de onde se fala, tem também interlocução com o conceito de formações imaginárias, que podem ser consideradas projeções que traduzem mentalmente – e automaticamente - o resultado da influência sócio-histórica sobre a determinação do lugar do sujeito. Tanto a Análise do Discurso, observando as posições de sujeito, quanto os teóricos dos Modos de Endereçamento, exatamente a partir do que propõe ELLSWORTH (2001), indagarão: “quem sou eu para

---

5 Os ideólogos da Escola de Frankfurt, ao estudar os meios de comunicação de massa, construíram uma teoria fundada na tese da manipulação da sociedade pela imprensa: a cultura e o modo de vida em sociedade seriam moldados pela rede de comunicação, pressupondo a alienação e a incapacidade de reação do público.

6 O grupo de estudiosos da Universidade de Birmingham, reunidos sob a denominação de Cultural Studies, desenvolveu uma série de pesquisas sobre cultura, onde o papel da mídia e a comunicação têm sido investigados segundo uma ótica que os constitui como fenômeno cultural característico de nossa civilização, portanto, ligado à esfera pública como prática social, e não atuando como instância de dominação: o receptor passa a ser reconhecido como capacitado à decodificação, interpretação e até mesmo rejeição da versão proposta.

7 A Escola Francesa tem como principal expoente Michel Pêcheux, e em Eni Orlandi uma das principais estudiosas no Brasil.



lhe falar assim?”, ou “quem é ele para que me fale deste modo?”. Trata-se de uma moldura prévia à interlocução social, ao estabelecimento do discurso.

O sujeito constitui-se na relação com o simbólico, é afetado pela Língua e pela História. Funciona pelo inconsciente e pela interpelação através da Ideologia. O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. A noção de assujeitamento remete à liberdade de poder dizer atrelada à restrição de estar submetido à língua. (ORLANDI: 2002, p. 65)

É através das ferramentas de que dispõe a Análise do Discurso que se torna possível investigar a atribuição de sentido ao discurso: ele está presente, fundamentalmente, naquilo que ORLANDI (2002) define como “matriz do sentido”, e também suporte básico para a análise de discurso: a paráfrase. “O analista trabalha a possibilidade de descrever/ interpretar um funcionamento discursivo, “lidando/ operando” com a paráfrase e a metáfora”, afirma ORLANDI (2006, *on-line*). Considerada como algo que se mantém em todos os dizeres, estabelecendo o sentido através da repetição, é o recurso metodológico que utilizamos para delinear alguns indícios definidores das posições de sujeito apresentadas pelo discurso do jornal Extra em relação ao seu leitor, na perspectiva da cidadania.

No discurso jornalístico, temos a materialização da fala de um campo social, definido, segundo o conceito de BOURDIEU (1996), como um terreno de disputa permanente entre forças e estratégias. O discurso jornalístico, portanto, é um discurso social construído num campo onde várias são as influências e interesses em jogo, e que determinará sentidos incidentes sobre as relações de poder. Por ocupar um espaço privilegiado na sociedade, estando institucionalizado como um discurso de autoridade e portador da capacidade de informar e/ ou transmitir conhecimento, o discurso jornalístico age, indiscutivelmente, na proposição e consolidação de valores associados à constituição de identidades culturais. A identidade, de acordo com o conceito de HALL (1997), pode ser posicionada como correspondente à noção de sujeito para a Análise do Discurso.

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos unificados e predizíveis. (HALL, 1997: pág.12)

O lugar onde se situa o sujeito é constitutivo daquilo que ele diz, já observou ORLANDI (2002). É, portanto, através das posições de sujeito definidas no discurso do Extra que podemos definir as atribuições do jornal a esse leitor enquanto



sujeito. Esse é o exercício inicial a que nos propomos, como embasamento da análise que resultará em dissertação de mestrado. Para este artigo, apresentamos um estudo sobre duas edições do jornal Extra, onde pudemos delimitar algumas posições de sujeito recorrentes no texto das matérias. Ao identificar os sentidos e/ ou valores que predominam no discurso jornalístico apresentado pelo Extra, definir as posições de sujeito relacionadas a essas características, tendo sempre como elemento centralizador a concepção de cidadania. Delimitando essas posições de sujeito que, por si só estão entrelaçadas ao processo de atribuição de identidade, teremos um método capaz de apontar de que forma esse discurso compreende o caráter cidadão de seu leitor, ou se é que atribui ao público essa condição. Na medida em que deve ser reconhecido como uma instituição inserida num espaço social de destaque e detentora da capacidade de apresentar o real (ainda que esta seja também uma interpretação e, como tal, desprovida de neutralidade), é natural que o jornalismo seja entendido como uma instância de repercussão social inevitável. O discurso jornalístico agenda a pauta social, circula cotidianamente nos modos de vida, direciona comportamentos e consolida identidades através da proposição insistente de valores ao imaginário coletivo.

O indivíduo só se torna sujeito quando situado de alguma forma, no interior das relações e dos interesses de poder, no interior das construções de gênero e de raça, no interior do saber. Assim, um jornal pode situar o leitor, conforme as diretrizes que adota em relação aos valores-notícia (isto é, aquilo que será considerado relevante o suficiente para ser noticiado), como um *voyeur* (interessado nos detalhes da vida alheia), como uma pessoa desinteressada ou incapaz de entender o contexto político (pela supressão das notícias dessa editoria), ou como necessitado de incentivo ou auxílio público para ter acesso a serviços (quando disponibiliza uma série de informações sobre como ter acesso a esses serviços). São posições de sujeito definidas a partir do entendimento que o jornal tem do que será um valor-notícia capaz de gerar interesse ao seu leitor-alvo. Essas posições serão definidas através da conjunção entre as representações construídas pelo jornal e as próprias formações imaginárias, que, segundo o conceito de Pêcheux adaptado por ORLANDI (2002), determinam o reconhecimento mental do indivíduo segundo sua colocação sócio-cultural: são projeções que traduzem automaticamente o resultado da influência sócio-histórica sobre a determinação do lugar do sujeito, e, portanto, pressupõem práticas sociais e discursivas associadas aos sujeitos.

As imagens dos sujeitos e seus lugares resultam de projeções: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que me fale assim?”. As



formações imaginárias permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva (...) produzem a posição discursiva, contribuindo decisivamente para a constituição das condições de produção e para o processo de significação. (ORLANDI: 2002, pág. 36)

De acordo com Josenildo Guerra, citado por GOMES (2005), há dois fatores a serem considerados na definição dos valores-notícia de um veículo de comunicação: as expectativas da sociedade e a responsabilidade social do jornalismo, que passa pelo compromisso com o interesse público e com as prerrogativas básicas para o exercício profissional, como a liberdade de expressão e de informação. Todavia, insere-se através dessa visão novamente o debate em torno da noção de responsabilidade social do jornalismo: diante da ditadura do gosto do leitor<sup>8</sup>, característica dos jornais populares, a informação não estaria associada à função de gerar conhecimento, esclarecimento ou saber, mas sim à função de entretenimento.

No nosso país, em que o jornalismo supostamente reproduziria o modelo de jornalismo independente norte-americano, pensar o jornalismo como instituição social significa relacioná-lo à noção habermasiana de esfera pública, com suas implicações sobre a noção de debate público e vigilância pública; a perspectiva liberal sobre o papel democrático da mídia; a noção de quarto poder, em que está implicada a autonomia da mídia em relação ao governo, o direito à liberdade de expressão e o compromisso com o interesse público, o caráter público ou privado da empresa jornalística. (GOMES, 2006, pág.3)

### **Leitor x cidadão: as posições de sujeito**

Para este artigo foram analisadas as edições do jornal Extra dos dias 07, 19, 20 e 21 de junho de 2006. Nas matérias foram identificadas as seqüências discursivas (SD) que tiverem relação com o conceito de cidadania, considerando os princípios do direito à saúde, educação, trabalho, segurança, direito do consumidor e participação política. Para identificar que posições o jornal oferece ao seu leitor, utilizamos o conceito de paráfrase como marcador das reiteraões, evidenciando a definição de papéis que estabelece para o leitor na perspectiva da cidadania. Com base na análise, formulamos algumas premissas que relacionam a posição de sujeito proposta pelo jornal ao modo de dizê-la através do discurso.

---

<sup>8</sup> Que significa, em última análise, a ditadura do mercado, de acordo com Márcia Amaral (2005).



### Seqüências Discursivas (SD):

- 1 - “Prefeituras do Rio e de Niterói abrem inscrições para quem quer aprender diversas modalidades”
- 2 - “Os interessados em se inscrever devem ir ao local e apresentar os documentos (...)”
- 3 - “Veja abaixo mais programações gratuitas”.
- 4 - “Os jogadores que se destacarem poderão entrar na equipe do grupo Niterói Basquete de Rua, apoiado pela secretaria”
- 5 - “Pacientes são internados – às vezes até entubados – em corredores superlotados. (...) Era o caso, na semana passada, de uma menina que permanecia na mesma maca em que fora internada, dois dias após receber o diagnóstico de tuberculose.”
- 6 - “O único aparelho de eletroencefalograma que funciona no hospital tem dez anos de uso e não conta com manutenção regular.”
- 7 - “Aqui, dois em cada dez morrem”.
- 8 - “Restou à população contar com o acaso para ver além da ponta do iceberg: enquanto fazia a vistoria, o diretor do Sindicato dos Médicos foi surpreendido por uma explosão da autoclave (esterilizador).”
- 9 - “A caixa-preta da arrecadação do Estado foi aberta na marra.”
- 10 - “O documento, divulgado desde ontem, com exclusividade pelo Extra, será enviado ao Ministério Público e poderá embasar o pedido de intervenção federal na rede.”
- 11 - “Movido pelas denúncias mostradas ontem pelo Extra, o presidente da Comissão de Saúde da Alerj vai vistoriar hoje o hospital Estadual Getúlio Vargas”.
- 12 - “O Extra vem dando as taxas de mortalidade dos hospitais sempre que elas constam no relatório do conselho.”
- 13 - “- O hospital tem um, a equipe de profissionais competentes, mas eles não fazem milagres” – afirmou o presidente do Sindicato dos Médicos, Jorge Darze.
- 14 - “A esperança está nas mãos do Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que prepara um projeto para substituir os triênios integrais por um auxílio-invalidéz.”
- 15 - “Assim, os técnicos da Polícia Militar estudam uma saída, que seria conceder (...)”
- 16 - “O relatório do conselho mostra que há carência de pessoal(...) - essa situação permanece – diz Jorge Darze, presidente do Sindicato dos Médicos.”
- 17 - “O superintendente estadual de Saúde, Ismar Bahia, voltou a prometer que as obras do hospital serão inauguradas em breve e alegou que a falta de um hospital municipal na região compromete o funcionamento do Albert.”
- 18 - “A iniciativa, porém, pode esbarrar na falta de recursos financeiros que atormenta as autoridades do Estado.”
- 19 - “Os comandantes da Polícia Militar alegam, entretanto, que a substituição seria uma forma de acabar(...)”
- 20 - “A Secretaria estadual de Saúde nega a maioria das denúncias, mas reconhece que há superlotação.(...) A secretaria garante que o problema está sendo sanado.”
- 21 - “Jovem é atingida dentro de casa por bala perdida”.
- 22 - “O caveirão da PM se posiciona ao lado do ônibus queimado: reação à morte de um bandido.”
- 23 - “No início da tarde, PMs haviam entrado na Pára-Pedro para tentar prender bandidos que haviam acabado de assaltar (...) Eles surpreenderam os marginais em uma moto.”
- 24 - “(...) Alguém deve ter comemorado com um tiro para o alto – disse o tio.”
- 25 - “(...) o pai de Gabriela desabafou: - É um absurdo..”
- 26 - “Depois dos bombeiros, policiais começam a ter benefício cortado pelo Estado”.
- 27 - “As perdas são significativas, sobretudo para esses servidores mais necessitados.”



- 28 - “Seria também uma alternativa ao cálculo imposto pela Procuradoria de Justiça (...)”
- 29 - “Vôos extras para órfãos da Varig – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor diz que Anac garantiu transporte de passageiros”
- 30 - “Cerca de 60 mil alunos de 74 das 80 escolas municipais estão sofrendo com a precariedade na distribuição da merenda nas duas últimas semanas. Arroz, feijão e carne, só em dias alternados.”
- 31 - “No Colégio Municipal Castello Branco, um dos maiores de São Gonçalo, os alunos fizeram a refeição completa ontem. Mas não sabem como será hoje.”
- 32 - “Dessa vez, são 4.050 vagas para profissionais com nível superior (...) Nem todas as vagas exigem experiência.”
- 33 - “O programa, do governo federal em parceria com os municípios, tem como objetivo oferecer educação e qualificação profissional a jovens de comunidades carentes.”
- 34 - “O laboratório Schering do Brasil foi condenado a pagar indenização de R\$ 60 mil por danos morais para uma mulher que engravidou enquanto tomava o anticoncepcional Diane.”
- 35 - “De acordo com a chefe da Divisão de Mercadorias Pré-Medidas do Inmetro, Maria Manoela Motta dos Santos, sem as análises do Inmetro/Ipem, os consumidores não têm como saber se o produto está com diferença.”
- 36 - “As lojas não fecharam, mas a diretora de um Ciep entrou em desespero e levou terror aos pais. Além de fechar a escola, ela ainda convenceu outros diretores a fazerem o mesmo.”
- 37 - “- A situação está muito difícil porque faltam agentes e gente capacitada. Esta é uma situação de emergência – afirma Raposo.”
- 38 - “O Legislativo anda a passo de cágado.”
- 39 - “Esquecem-se os políticos de que o país precisa funcionar.”
- 40 - ““Desde a explosão do escândalo do mensalão, há cerca de um ano, a tramitação de projetos no Congresso enfrenta vários percalços.”

TABELA 1

Posições de Sujeito definidas pelos Recursos Lingüísticos

Posição de Sujeito	Seqüências Discursivas	Recursos Lingüísticos
1 - Pertencente a grupo social desprovido de oportunidades de lazer/ entretenimento	SD 1, SD 2 e SD 3	Chamadas impessoais, ou na 3ª pessoa
2 – Dependente de programas sociais e/ ou auxílio do Estado para oportunidades de trabalho e ascensão social	SD 4, SD 32 e SD 33	Recompensas das instituições
3 – Desprovido de direitos fundamentais na rede pública (saúde, educação, segurança)	SD 5, SD 6, SD 7, SD 8, SD 30 e SD 31	Enumeração de casos de desrespeito aos direitos, descaso das instituições, exposição das pessoas a situações-limite
4- Falta de credibilidade na política	SD 9, SD 38, SD 39 e SD 40	Pejorativização e descrédito das instituições
5 – Incapaz de pressionar as instituições e/ ou poder público, necessita do jornal como mediador	SD 10, SD 11 e SD 12	Jornal como denunciante ou mediador de conflitos
6 – Passa a ter voz perante o poder público se estiver organizado socialmente	SD 13, SD 14, SD 15 e SD 16	Voz aos sindicatos, movimentos sociais, representantes e líderes nas reportagens de denúncia



7 – Refém de um poder público ineficiente, lento, desacreditado	SD 17, SD 18, SD 19 e SD 20	Explicações marcadas por verbos na defensiva, ou ausência de declaração pessoal
8 – Familiarizado com a violência e o crime	SD 21 e SD 22	Uso de linguagem policial ou característica dos bandidos
9 – Defendido por uma polícia que está em desvantagem na relação com bandidos	SD 23, SD 36 e SD 37	Verbos relativos à polícia na defensiva
10 – Relator de fatos e/ ou de desabafos	SD 24 e SD 25	Uso dos verbos “dizer” e algumas variações na fala das pessoas comuns
11 – Estado e Justiça como entraves no acesso a direitos trabalhistas	SD 26, SD 27 e SD 28	Impõe dificuldades, ao invés de facilitar
12 – Bem assessorado e defendido pelas instâncias públicas de proteção ao direito do consumidor	SD 29, SD 34 e SD 35	Questões resolvidas sem necessidade de intervenção do cidadão

Preliminarmente, os indícios que já demonstramos indicam o reconhecimento, por parte do jornal, de um leitor desprovido de um sistema eficiente de acesso à saúde, educação, trabalho e segurança, portanto, ainda distante de estarem contemplados de fato esses direitos sociais fundamentais nesse segmento da população. Um leitor, portanto, situado numa posição de sujeito que não contempla a cidadania. Para exemplificar a classificação que o próprio jornal faz do público a que se dirige, podemos citar as primeiras quatro seqüências discursivas, que dialogam com um leitor que necessita de opções de lazer gratuitas e do apoio do Estado para alcançar alguma forma de inclusão e/ ou ascensão social.

O jornal também situa o Estado como inoperante em vários dos casos, e manifesta descrença do processo político como espaço de interação social, dada, além da cobertura mínima para assuntos relacionados à política como campo de participação popular, a pejorativização e falta de credibilidade da política, e não como lugar de discussão privilegiada. Para além disso, o jornal coloca-se como um instrumento de mediação de relação privilegiada com os poderes constituídos e as instituições, passando a oferecer-se como porta-voz e intermediário da relação do leitor com essas esferas. Há, portanto, um esvaziamento do próprio espaço de participação da comunidade na vida pública, nas negociações com as instituições e na própria defesa dos seus direitos. Uma pequena fenda nessa interpretação abre-se quando o Extra atribui à iniciativa de organização popular através de sindicatos e associações a possibilidade do leitor ser reconhecido como autorizado a ser representado ou ouvido, mesmo que através de um grupo com o qual se identifique. É também essa uma forma de participação que pode ser encaixada numa das premissas fundamentais ao conceito de



cidadania, que é a inserção política. A fragilidade do leitor, no entanto, é exposta no tom de desabafo atribuído à voz dos populares em algumas das seqüências. Os depoimentos tomados como confidências indicam também uma espécie de desesperança e desamparo, especialmente na situação da segurança pública. Essa é uma área simbólica, quando tratamos do Rio de Janeiro, reconhecendo o cenário de uma violência urbana em estado crescente e a cada dia mais crítico. Há uma busca clara do jornal pela familiaridade desse cotidiano, visível no uso de expressões policiais e na colocação dos casos como uma guerra permanente entre Estado e bandidos, com desvantagem para os primeiros. Além de precário e ineficiente, o Estado também é situado como dificultador de algumas questões, especialmente nos casos de direito trabalhista característicos das seções de perguntas e respostas.

Como consumidor, o Extra identifica em seu leitor um agente fiscalizador e potencialmente capaz de fazer valer seus direitos. Na medida em que esse é retrato praticamente endossado pelo leitor em seus posicionamentos transcritos pelo jornal, pressupõe-se um quadro onde o público-leitor é produto e engrenagem de um sistema que não garante direitos fundamentais e civis, portanto, entende seu leitor-personagem como ainda em processo de afirmação da cidadania. Todavia, o uso recorrente da manifestação dos leitores e da crítica reivindicatória às instituições responsáveis pela atenção aos direitos, pode ser também interpretado como um instrumento de observação, acompanhamento e pressão cotidianos sobre o sistema público, no intuito de reverter essa situação. Ainda que, por outro lado, a deslegitimação da política e dos movimentos sociais como espaço de participação popular comprometa um dos pilares indissociáveis da noção de cidadania, tanto clássica quanto moderna.



## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **Jornalismo cidadão**. Disponível na Internet em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/339.pdf>. Acesso em 01/09/2006.

AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa**. Contracampo. Niterói-RJ, v.12, 2005.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.

ELLSWORTH, Elisabeth. **Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Itania M.M.; SAMPAIO, A. O. ; SILVA, F. M. DA ; FERNANDES, J. ; BORJA, J. ; GUTMANN, J. ; MAIA, J. P. ; SILVA, G. V. M. DA ; SANTOS, L. S.. **Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão**. In: Congresso Intercom, 2005, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro : UERJ, 2005. v. 1. p. 54-72.

GOMES, Itania M.M.. **Telejornalismo de qualidade. Pressupostos teórico-metodológicos para análise**. E-Compós (Brasília), v. 6, p. 1-22, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores , 1967.

ORLANDI, Eni. **A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Disponível na Internet em: [http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf). Acesso em 25/09/2006.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso –Princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezy e Jaime (orgs.). **História da Cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.



SEABRA, Roberto. **Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet.** In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e Poder. Brasília: Editora da UNB, 2002.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público.** Brasília: Casa das Musas, 2006.

VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido.** Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo/RS: Editora da Unisinos, 2005.